

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO  
(coordenação)

# CULTO, CULTURA, CARIDADE

Atas do II Congresso de História  
da Santa Casa da Misericórdia do Porto

Auditório da Fundação da Juventude (Porto) – 28 e 29 de junho de 2012



# O CONSELHEIRO WENCESLAU DE LIMA, PROVEDOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO (1894-1895)<sup>1</sup>

HENRIQUE GOMES DE ARAÚJO\*  
RUI RAMOS\*\*

## Introdução

Entre 1890 e 1892, o conflito diplomático com a Inglaterra e a crise financeira abalaram fortemente a elite política liberal. Em 1893, dois jovens políticos, Hintze Ribeiro e João Franco, tomaram conta do governo e propuseram-se renovar o sistema político da monarquia constitucional. Por um lado, efectuaram grandes reformas administrativas e eleitorais; por outro lado, procuraram afastar os velhos actores da vida política e encontrar novos protagonistas. Um dos novos políticos promovidos pelo governo de 1893-1897 foi Wenceslau de Lima. O objectivo desta comunicação é explorar o modo como a sua administração enquanto provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto reflectiu (ou não) as suas ambições e o espírito de renovação que caracterizou o governo de Hintze Ribeiro e de João Franco.

## Parte I

1. Na primeira metade da década de 90 do século XIX, o reino de Portugal foi agitado pela sensação de uma profunda ruptura com o passado. As origens desse choque foram várias. Em primeiro lugar, temos o choque diplomático com a Inglaterra, provocado pela definição das fronteiras da África oriental portuguesa. O chamado «ultimato britânico», apresentado ao governo português pelo representante diplomático da Inglaterra em Janeiro de 1890, não desfez apenas a ilusão de um novo Brasil africano, de costa a costa, mas obrigou também a elite política portuguesa a discutir o modo como o país se inseria no sistema de

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem ao Exmo. Sr. Engenheiro Rui Leite de Castro a amável autorização para consultar e citar os documentos do Espólio de Wenceslau de Lima que se encontra à sua guarda.

\* Centro de Estudos para o Desenvolvimento Humano (CEDH) da Universidade Católica Portuguesa.

\*\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

equilíbrios europeus, através da tradicional «aliança inglesa».<sup>2</sup> Por outro lado, a ruptura parcial de pagamentos da dívida externa em 1892 colocou em causa o modelo de desenvolvimento adoptado durante o chamado fontismo, desde a década de 1850, e obrigou o Estado a aumentar impostos, a descontinuar investimentos públicos e a cortar salários e subsídios.<sup>3</sup>

Os pressupostos da vida pública portuguesa foram assim todos abalados simultaneamente. Simultaneamente, a morte do rei D. Luís, em 1889, e o desaparecimento dos grandes chefes partidários, como Anselmo José Braamcamp, em 1885, e Fontes Pereira de Melo, em 1887, privaram a elite política daqueles que tinham sido os protagonistas da liderança política.<sup>4</sup> A tentativa de revolta militar republicana no Porto, a 31 de Janeiro de 1891, deu a medida da agitação e da desagregação do regime.<sup>5</sup>

Assim se começou a desenvolver em Portugal o que poderíamos chamar uma «cultura do fim de século». Nalguns casos, essa cultura tomou a forma de uma meditação mais ou menos amarga sobre a decadência, mas noutros casos desenvolveu-se como um anseio de renovação, quer de protagonistas, quer de procedimentos.<sup>6</sup>

2. O longo governo de 1893-1897 tentou corporizar os impulsos de reforma e de renovação. Mais até do que o presidente do conselho de ministros, Hintze Ribeiro, foi o ministro do reino, o jovem João Franco, então com 38 anos, quem impôs essa orientação de mudança. O também jovem rei D. Carlos sustentou os ministros e as suas intenções reformistas.<sup>7</sup>

João Franco propôs-se dois objectivos.<sup>8</sup> Por um lado, tentou rejuvenescer a elite política, afastando os velhos políticos partidários e promovendo jovens

<sup>2</sup> Ver Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp. 114-129. Ver ainda Nuno Teixeira, «Política externa e política interna no Portugal de 1890: o *ultimatum* inglês» em *Análise Social*, n.º 98, 1987, pp. 687-719.

<sup>3</sup> Ver Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, cit., pp. 129-136, 141-149, 179-186. Ver ainda Luís Aguiar Santos, «A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação» em *Análise Social*, n.ºs 158-159, 2001, pp. 185-207, e Pedro Lains, «A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos» em Sérgio Campos Matos (coord.), *Crises em Portugal no séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 57-79.

<sup>4</sup> Ver Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, cit., pp. 149-156.

<sup>5</sup> Ver Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, cit., pp. 156-166.

<sup>6</sup> Sobre a cultura de fim de século, ver Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, cit., pp. 171-179, 261-288.

<sup>7</sup> Sobre o governo presidido por Hintze Ribeiro entre 1893 e 1897, ver Rui Ramos, *D. Carlos*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Temas e Debates, 2007, pp. 181-207.

<sup>8</sup> Sobre João Franco, ver Rui Ramos, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

profissionais competentes e prestigiados; por outro lado, procurou criar um novo espírito de serviço público, centrado na eficiência e na prestação efectiva de serviços aos cidadãos. A governação desenvolveu assim uma dupla dimensão: em primeiro lugar, procedeu a uma profunda revisão legislativa e institucional, que foi uma das maiores do liberalismo; em segundo lugar, projectou novos protagonistas, imbuídos de vontade de se distinguir através de uma linguagem e de uma atitude em sintonia com o reformismo governamental.

3. Wenceslau de Lima, na divisão do Partido Regenerador que se seguiu à morte de Fontes Pereira de Melo em 1887, seguiu Augusto César Barjona de Freitas, contra a maioria do partido, que apoiou António de Serpa Pimentel.<sup>9</sup> Esteve assim envolvido na formação do partido da Esquerda Dinástica, da qual foi candidato a deputado em 1889. Mas em 1890, o governo Regenerador presidido por António de Serpa conseguiu recrutar Barjona de Freitas como enviado extraordinário nas negociações que se seguiram ao conflito diplomático com a Inglaterra. Barjona ficou assim comprometido nas polémicas do tratado com a Inglaterra e a Esquerda Dinástica chegou ao fim. Wenceslau de Lima acabou, então, por se aproximar dos Regeneradores, sendo reeleito deputado em 1890 já com o apoio do governo de António de Serpa.

Em 1893, Wenceslau de Lima tinha 35 anos e correspondia bem ao perfil dos jovens políticos promissores que João Franco procurava para substituir as antigas gerações de políticos comprometidos no descalabro diplomático e financeiro do princípio da década de 1890. Wenceslau de Lima era então lente da Academia Politécnica do Porto e Engenheiro da Repartição dos Trabalhos Geológicos do Ministério das Obras Públicas. O seu casamento com Adelaide Antónia Ferreira consolidara a sua influência de homem rico no norte.<sup>10</sup> Apesar de jovem, já dispunha de um certo cadastro político: fora eleito deputado pela primeira vez nas eleições suplementares de 1882, pelo círculo de Guimarães, e servira como governador civil de Vila Real em 1884-1885 e de Coimbra em 1891-1892.<sup>11</sup>

O governo de 1893-1897, por intermédio de João Franco, apostou muito na criação de uma nova base de acção política e na conquista do Porto ao Partido Progressista, que até então tendera a dominar politicamente a cidade. Desses

<sup>9</sup> Sobre Barjona de Freitas (1833-1900), ministro do Reino do governo de Fontes Pereira de Melo entre 1883 e 1886, ver Isabel Cluny, «Augusto César Barjona de Freitas» em Maria Filomena Mónica, Pedro Tavares de Almeida, Fátima Bonifácio, Nuno Monteiro e Rui Ramos (coords.), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, vol. II, pp. 242-245.

<sup>10</sup> Ver Henrique Gomes de Araújo, *A Casa Ferreira. A Construção Antropológica do Sucessor*, Lisboa, Livros Quetzal, 2001.

<sup>11</sup> Sobre a carreira parlamentar de Wenceslau de Lima, ver Zélia Pereira, «Wenceslau de Sousa Pereira de Lima» em Maria Filomena Mónica, Pedro Tavares de Almeida, Fátima Bonifácio, Nuno Monteiro e Rui Ramos (coords.), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, vol. II, pp. 588-591.

dois pontos de vista, Wenceslau de Lima era muito interessante para o governo. Por um lado, satisfazia o critério da renovação de gerações; por outro lado, poderia ser um agente local importante para substituir a velha influência dos Progressistas na segunda maior cidade do país – um objectivo que os Regeneradores perseguiram desde o princípio da década de 1880, aproveitando aliás as dificuldades da economia portuense, em nítida perda no final do século XIX.<sup>12</sup>

Wenceslau de Lima nunca hesitara em assumir posições públicas. No ano da comemoração do Centenário Henriquino, em Março de 1894,<sup>13</sup> numa sessão do teatro de S. João, Wenceslau de Lima defrontara alguns estudantes republicanos dando «vivas a el-rei e família real», tendo sido acompanhado por toda a audiência. Desse episódio, deu ele próprio conhecimento ao secretário do rei D. Carlos, o conde de Arnos, notando que «vão passados da gente do Porto os fumos de republicanismo com que pretenderam entontecê-la».<sup>14</sup> Tal incidente dá ideia, quer do activismo político de Wenceslau de Lima, quer do modo como já estava integrado em redes de influência que chegavam à corte. Em Abril de 1894, o governo promoveu a sua eleição como par do reino, precisamente pelo colégio distrital do Porto. Wenceslau de Lima correspondeu, pondo-se à cabeça de iniciativas locais favoráveis ao governo Regenerador. Nomeadamente teve um papel fundamental na vitória da lista apoiada pelo Governo na eleição municipal do Porto de Novembro de 1895. O Porto era tradicionalmente um feudo eleitoral do Partido Progressista. João Franco escreveu então a Wenceslau de Lima dando-lhe os parabéns pelo que definiu como uma «uma vitória sem precedentes e neste momento da maior significação política».<sup>15</sup> Entre 1896 e 1898, Wenceslau de Lima seria presidente da Câmara Municipal do Porto. Nos editais da câmara municipal, era identificado como «doutor em Filosofia, lente da Academia Politécnica e Presidente da excelentíssima Câmara Municipal do Porto».<sup>16</sup> A sua ascensão ao cargo de provedor da Santa Casa da Misericórdia,

<sup>12</sup> A respeito das dificuldades da economia do Porto na década de 1880, ver, por exemplo, Fernando de Sousa, «A *Salamancada* e a Crise Bancária do Porto» em *Nummus*, 2.ª série, vol. 1., 1978, pp. 131-160.

<sup>13</sup> Sobre o Centenário Henriquino de 1894 e o seu significado, ver Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, cit., pp. 76-78.

<sup>14</sup> Wenceslau de Lima, rascunho de carta ao conde de Arnos, s.d. (1894), manuscrito, em *Espólio de Wenceslau de Lima*, caixa n.º 1, pasta 84.

<sup>15</sup> João Franco, carta a Wenceslau de Lima, 9 de Dezembro de 1895, manuscrita, em *Espólio de Wenceslau de Lima*, caixa n.º 6, pasta 387.

<sup>16</sup> Sobre a acção de Wenceslau de Lima como presidente da Câmara Municipal, ver Fernando de Sousa (coord.), *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, Porto, CEPES – Câmara Municipal do Porto, 2009, vol. I, pp. 318-321. Wenceslau de Lima fez parte da vereação do Porto em 1898-1900 e foi novamente presidente da Câmara Municipal em 1900-1901 (ver Fernando de Sousa, coord., *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto*, citada, vol. II, pp. 332-335). Seria ainda governador civil do Porto (1901-1903). Sobre o perfil social das vereações do Porto na segunda metade do século XIX, ver Maria Antonieta Cruz, «A Vereação Portuense na Segunda Metade do Século XIX –

em 1894, deve ser lida neste contexto, e a sua acção no cargo, como se verá a seguir, traz a marca da orientação reformista do governo da época, ao mesmo tempo que revela os limites e dificuldades dessa orientação.

## Parte II

1. Quando em 1 de Agosto de 1894, Wenceslau de Lima toma posse, com a nova Mesa, como Provedor da Santa Casa, os motivos aduzidos de escassez «de tempo e de saúde» revelam-se, mais uma vez, insuficientemente convincentes. Na verdade, o mesmo já tinha sido notório na eleição da Mesa, ocorrida no mês anterior, em Julho desse ano.

O Conde de Samodães, eleito para os cargos de mesário e de definidor, opta por este. Os restantes mesários assumem os cargos de directores do Instituto de Surdos-Mudos Araújo Porto, do Recolhimento de Órfãos de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Esperança, do Hospital de Entrevados e Entrevadas, do Recolhimento das Velhas e das Viúvas, do Estabelecimento Humanitário de Barão de Nova Sintra, do Hospital de Lázarus e de Lázaras, do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, do Cemitério Privativo da Irmandade (no Prado do Repouso) e do Hospital Geral de Santo António.

Menos de um ano decorrido, na sessão de 10 de Julho de 1895, Wenceslau de Lima apresenta ao Definitório o «Relatório dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia na sua gerência do 1.<sup>o</sup> de Julho de 1894 a 30 de Junho de 1895»<sup>17</sup>. Para cabal compreensão da matéria em causa neste «Relatório» é *conditio sine qua non* contextualizar esta acção de Wenceslau de Lima naquele período: ele é Provedor da Santa Casa e, simultaneamente, Director da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Como ele aí diz: «(...) o facto de se encontrar reunida em uma mesma pessoa a direcção da Escola e da Misericórdia facilitava, a meu ver, a resolução de importantes problemas, que desde muito cedo andavam pendentes, e consistiam essencialmente em um melhor entendimento entre essas duas instituições, cujos interesses se conjugavam, mas cuja vida, até então, não tinha sido muito harmónica»<sup>18</sup>.

---

evolução sócio-profissional» em *O Poder Regional – Mitos e Realidades. Actas das III Jornadas de Estudo do Norte de Portugal*, Porto, Publicações da Universidade do Porto, 1996, pp. 403-413.

<sup>17</sup> Wenceslau de Lima, *Relatório dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia na sua gerência do 1.<sup>o</sup> de Julho de 1894 a 30 de Junho de 1895*, Porto, Typ. de Arthur José de Souza & Irmão, p. 13.

<sup>18</sup> Wenceslau de Lima, *Relatório*, cit., p. 17.



**Fig. 1** – Wenceslau de Lima  
(quadro propriedade da Reitoria da Universidade do Porto)

2. Quais são esses «importantes problemas» que Wenceslau de Lima detecta logo desde o início da sua acção como Provedor?

1.º A carência de carácter prático no ensino ministrado pela Escola;

2.º As verbas insuficientes atribuídas ao Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Geral de Santo António e o compreensível empréstimo, a título pessoal, de aparelhos e instrumentos ao laboratório pelo director do Hospital.

As propostas de reforma apresentadas a cada um dos mesários individualmente e, depois, à Mesa no seu conjunto, são três:

1.º Os alunos da Escola passariam a ter nas enfermarias do Hospital estágios em regime de internato gratuito;

2.º Os professores da Escola passariam a dar aulas de carácter prático aos seus alunos nas enfermarias do Hospital;

3.º Em troca, a Escola passaria a ceder gratuitamente aparelhos e produtos ao Laboratório de Análises Clínicas do Hospital<sup>19</sup>.

Em suma: a vantagem para a Escola passaria a ser a de um ensino mais prático; as vantagens para a Santa Casa seriam a anulação das despesas com a aquisição de aparelhos e instrumentos e a redução de verbas de manutenção do Laboratório<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> Wenceslau de Lima, *Relatório*, cit., pp. 17-18.

<sup>20</sup> Wenceslau de Lima, *Relatório*, cit., p. 19.

Como é assim facilmente perceptível, a bondade destas propostas baseava-se na complementaridade de funções entre a Escola Médico-Cirúrgica e o Hospital Geral de Santo António. A sustentabilidade, a racionalidade e a economia de recursos humanos, era assim possível pelo estabelecimento do que hoje chamaríamos uma parceria público-privada entre estas instituições.

As resistências a estas propostas fizeram sentir-se logo desde o início. Na sombra, a motivação residia na pretensão de um candidato à direcção do Laboratório de Análises que as propostas de reformas de Wenceslau de Lima vinham institucionalmente pôr em causa. Como ele diz no seu «Relatório»: «Sempre me repugnou que do dinheiro do contribuinte se dispusesse para a criação de logares inúteis ou dispensáveis; mais me repugnava que do dinheiro dos pobres se dispusesse para a manutenção de logar, que, vantajosamente para a Santa Casa e para o ensino, podia bem mais economicamente ser servido»<sup>21</sup>.

«À bocca pequena se começou a espalhar ser (o provedor) um instrumento do governo para absorver a Santa Casa ... por intervenção da Escola (...). O portuguez com uma bella inconsequência meridional tudo espera do governo-providência, para elle apella em todas as suas dificuldades; mas ... não o quer em coisa alguma. (...). Um provedor que era partidário, e amigo pessoal de alguns dos ministros actuaes não estava alli por bom. (...) E eu ouvi cavalheiros respeitáveis fallarem-me dos perigos da absorção da Misericordia pela Escola!»<sup>22</sup>

Dada a votação contra as propostas de Wenceslau de Lima, este decide exonerar-se, ressaltando, no entanto que «o autor do projecto para a criação do Laboratório de clínicas e do convite ao director interino de essa repartição foi o Sr. Conde de Samodães, o qual não duvidou afirmar que julgava a minha proposta relativa ao Laboratório, mais vantajosa para os interesses da Santa Casa e por isso a votava»<sup>23</sup>.

3. A sua curta provedoria na Santa Casa da Misericórdia do Porto insere-se no que podemos designar pelo segundo ciclo da sua vida, entre 1879 e 1899, caracterizado pelo seu casamento com a neta homónima de D. Antónia Adelaide Ferreira naquele ano; pelo seu doutoramento na Universidade de Coimbra em 1882 e início da sua carreira académica na Academia Politécnica do Porto; pela sua carreira política regional e, por fim, pelo acompanhamento do cumprimento do testamento de D. Antónia Adelaide Ferreira como mentor da redacção dos Estatutos da Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto e pela assunção do cargo de seu primeiro Director em 1898.

<sup>21</sup> Wenceslau de Lima, *Relatório*, cit., p. 21.

<sup>22</sup> Wenceslau de Lima, *Relatório*, cit., p. 22.

<sup>23</sup> Wenceslau de Lima, *Relatório*, cit., p. 27.



**Fig. 2** – Palacete da Família Ferreirinha da Régua (Casa da Trindade) em cujo oratório se realizou o casamento (vide certidão do registo de casamento no final do presente texto).

4. A atuação de Wenceslau de Lima como mesário da Santa Casa da Misericórdia do Porto é reveladora do modo como emerge no Porto oitocentista esta figura da sua elite económica, social, política e académica. As contradições que atravessam esta fase do seu percurso biográfico são duplas: entre o Estado e a Igreja; entre a economia de mercado e a economia da gratuitidade. Não as vemos *in abstractu sensu*, mas encarnadas em alguém cuja derrota das suas propostas e consequente demissão de mesário definem uma personalidade moral e um modo íntegro de atuação que o iriam projetar no meio político e social do seu tempo: um homem público ligado à inovação e à reforma, e uma personalidade convicta e determinada.

73  
1744

96. 45

Wenceslau de Souza  
Porteira  
Lima  
Doutor  
e Solteiro  
Terreiro

Assento e cinco dias do mez de Junho do anno de mil  
setecentos e noventa e nove, a esta freguezia de Santa Helena, da Ci-  
dade e Diocese do Porto, e Oratorio parochial da  
bocellentissimo Antão Bernardo Ferraz,

presente, assim, digo, presente a bocellentissimo e boves-  
sissimo Dom Antão Agues de Gouveia, Bispo eli-  
to de Appare, e com auctoridade concedida per  
comparacione e mandado do meu Domingos de Souza Alcaide de  
se. Mandado da mesma freguezia, por comparacione e constabente  
Wenceslau de Souza Porteira Lima e Antão e Solteiro Ferraz,  
o qual comheço como os proprios, com praxias de dispensa de  
proclamas e ordens de solteiro, e

e com os mais papéis de estilo corrente, e com coudas de impedimento alguns  
canonicos ou civil para este Matrimonio; elle de idade de vinte e seis  
anos, solteiro,

natural da freguezia de Nossa Senhora da Victoria,  
baptizado na mesma, e residente na casa  
de localidade da freguezia do mesmo nome,  
filho legitimo de bocellentissimo benemerecedor seu pa-  
natural de guerra Porteira Lima, natural de Paracambi-  
bus, e da Dona Isabel Tomalia de Souza Guimarães Ferraz,  
natural desta freguezia de Santa Helena, e ella de idade de  
vinte e seis anos, solteira,

natural de localidade,  
baptizado na mesma,  
e residente na Laga da Fria cidade desta dita freguezia,  
filha de Santa Helena, filha legitima dos bo-  
cellentissimos Antão Bernardo Ferraz,

Fig. 3 – Primeira página do assento de casamento de Wenceslau de Lima

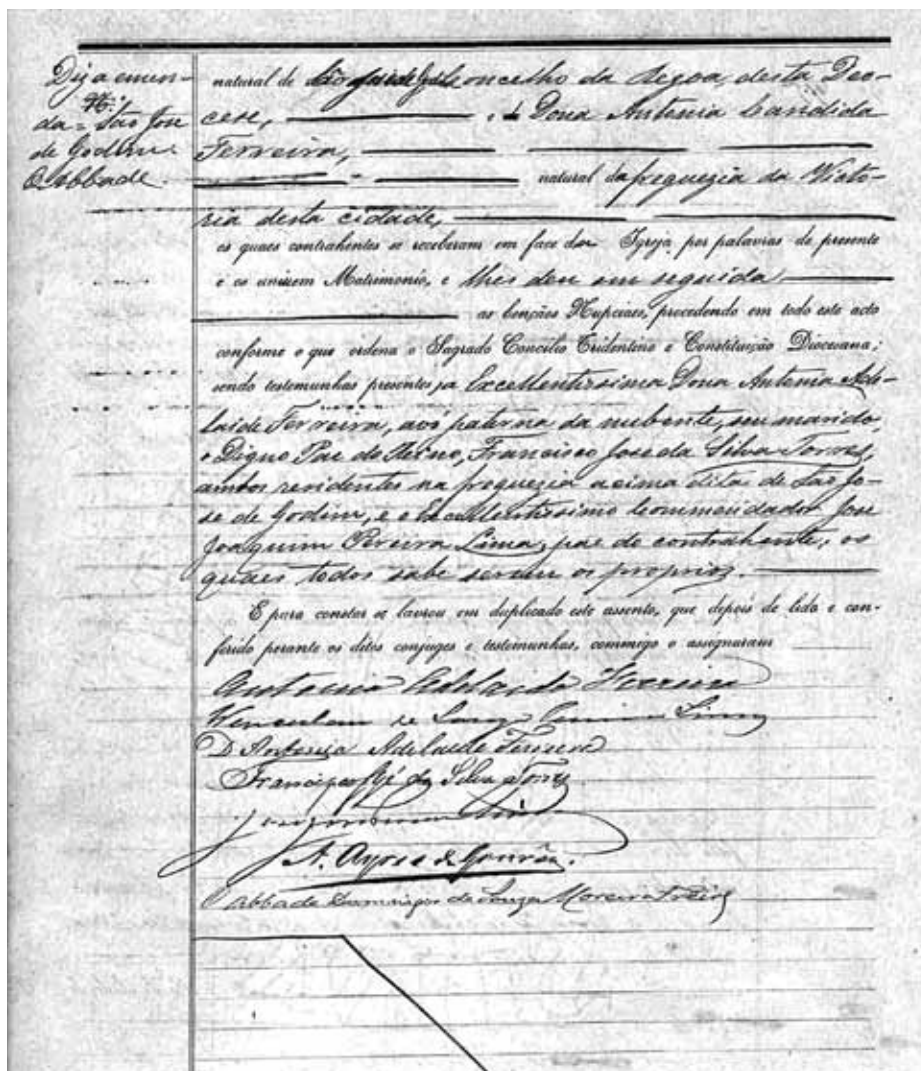


Fig. 4 – Segunda página do assento de casamento de Wenceslau de Lima

## Bibliografia citada

- BENTO XVI (2009) *Caritas in Veritate*, Lisboa: PAULUS Editora.
- BRUNI, Luigino (2007; 2010) *A Ferida do Outro. Economia e Relações Humanas*: Editora Cidade Nova.
- CRUZ, Maria Antonieta (1996), «A Vereação Portuense na Segunda Metade do Século XIX – evolução sócio-profissional» em *O Poder Regional – Mitos e Realidades. Actas das III Jornadas de Estudo do Norte de Portugal*, Porto, Publicações da Universidade do Porto, pp. 403-413.
- GOMES DE ARAÚJO, H. L. (1998) *Ética, Economia e Educação. Ensaio sobre o Vinho do Porto* (pref. Raul Iturra), Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

- GOMES DE ARAÚJO, H. L. (2001) *A Casa Ferreira. A Construção Antropológica do Sucessor* (pref. António Barreto), Lisboa: Livros Quetzal.
- GOMES DE ARAÚJO, H. L., (2012) «Carismas e Inovação Social» em *Actas do I Congresso do Porto Romântico*, Porto: UCP – Porto.
- LAINS, Pedro (2002), «A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos» em Sérgio Campos Matos (coord.), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 57-79.
- LIMA, Wenceslau de (1895) *Relatório dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia na sua gerência do 1.º de Julho de 1894 a 30 de Junho de 1895*, Porto, Typ. de Arthur José de Souza & Irmão.
- MÓNICA, Maria Filomena; ALMEIDA, Pedro Tavares de; BONIFÁCIO, Fátima; MONTEIRO, Nuno e RAMOS, Rui (coords.), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- RAMOS, Rui (2001), *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa.
- RAMOS, Rui (2001), *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- RAMOS, Rui (2007), *D. Carlos*, Lisboa, Temas e Debates.
- SANTOS, Luís Aguiar (2001), «A crise financeira de 1981: uma tentativa de explicação» em *Análise Social*, n.ºs 158-159, pp. 185-207.
- SOUSA, Fernando (1978), «A Salamancada e a Crise Bancária do Porto» em *Nummus*, 2.ª série, vol. 1, pp. 131-160.
- SOUSA, Fernando (coord.), 2009, *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, Porto, CEPESE – Câmara Municipal do Porto.
- TEIXEIRA, Nuno (1987), «Política externa e política interna no Portugal de 1890: o ultimatum inglês» em *Análise Social*, n.º 98, pp. 687-719.